Atos

ATO Nº 2, DE 2008, DA MESA

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando as atividades realizadas pelo Programa "Assembléia Popular", no ano de 2007, resolve alterar o Ato nº 16, de 2006, que deu nova redação ao artigo 1º do Ato nº 4, de 2005, ambos da Mesa, na seguinte conformidade:

Artigo 1º - O "caput" e o § 1º do artigo 1º, do Ato nº 35, de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - As atividades do Programa "Assembléia Popular" realizar-se-ão entre 1º de fevereiro e 30 de junho de 2008, às quartas-feiras, das 12h00 às 13h00, no Auditório Franco Montoro.

§ 1º - A instalação do Programa "Assembléia Popular" ocorrerá na segunda quarta-feira do mês de fevereiro de 2008." (NR)

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa, em 29 de janeiro de 2008

a) Vaz de Lima - Presidente

a) Donisete Braga - 1º Secretário

a) Vanessa Damo - 3ª Secretária no exercício da 2ª Secretaria

Pronunciamentos de Sessões Anteriores

Discurso pronunciado na 167ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa do dia 18/12/2007

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, para dizer que podemos ter aqui, nesta Casa, diferenças de opinião. Segundo, nós podemos ter diferenças de natureza tática sobre debate político, sobre as circunstâncias, sobre o andamento da sessão, sobre o andamento das diversas sessões do que convém à maioria (base do Governo) do que convém à minoria (oposição). Diferenças de opinião. Mas quero manifestar a minha indignação à manifestação do Líder do Governo Deputado Barros Munhoz. Não vale tentar confundir a opinião pública, sejam os que nos acompanham nas galerias, sejam os que nos acompanham através da TV Assembléia.

O projeto a que V. Exa. se referiu - Defensoria Pública - não foi votado, não por responsabilidade da Bancada do Partido dos Trabalhadores ou do seu Líder Deputado Simão Pedro. Há projetos de Deputados que estão nesta Casa há um ano, há um ano e meio, dois, três anos e nunca têm vez. Muda-se a Ordem do Dia para evitar a votação de projetos de Deputados. No esforço de confundir, o Líder chega a dizer que há chantagem para que se vote a favor.

O que se quer é que se obedeça à Ordem do Dia e o que projeto seja votado. Cada Deputada ou Deputado vota como quer: a favor, contra; pode se abster; pode não comparecer em plenário; pode, agora, pelo novo Regimento, se declarar inclusive em obstrução, que é um direito regimental. Portanto, não tem sentido a fala do Líder do Governo. Aliás, hoje vivemos mais uma situação inusitada, quase que virou um escândalo no Colégio de Líderes, foi motivo de chacota inclusive dos membros da base aliada. Líderes da base aliada riram quando houve o retorno da possibilidade de um acordo. O Líder do Governo não conseguiu localizar o Governador. O Governador está desaparecido. O Governador esteve desaparecido a tarde toda e continua desaparecido. Ninguém está encontrando o Governador para resolver um problema. Então não cabe a acusação.

O líder veio me dizer que eu posso, na conclusão da minha fala, dizer Sr. Presidente, coloque o projeto da Defensoria em votação que vamos aprovar o projeto." (Manifestação das galerias.) Não vem não! Não vem não Líder do Governo querer confundir a opinião pública e imputar o impasse neste momento à Bancada do Partido dos Trabalhadores!

Discurso pronunciado na 57ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa do dia 19/12/2007

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Assembléia, público que nos acompanha nas galerias e o que nos acompanha em suas casas através dos instrumentos de comunicação, a nossa TV Assembléia, eu gostaria em primeiro lugar, neste debate, de fazer uma observação de ordem geral.

Diria até que é uma casualidade positiva o fato de poder estar aqui após o pronunciamento do Deputado relator da Comissão de Finanças e Orçamento, a propósito do que se votará nesta sessão.

Do ponto de vista de ordem geral, a observação a fazer - evidentemente não pela primeira vez, pois outros Deputados da bancada do PT já puderam apresentar e denunciar - é o fato de que mais uma vez o Governo do Estado de São Paulo faz uma apreciação dos fatos econômicos e apresenta um Orçamento sabidamente aquém do que será a realidade no ano de 2008.

Esse episódio tem acontecido todos os anos, naquilo que já ficou conhecido como o excesso de arrecadação", isto é, o Governo do Estado de São Paulo prevê um Orçamento sempre menor do que a realidade para, na verdade, aumentar a disponibilidade de recursos de livre utilização por parte do Governador, que os aloca a seu bel-prazer, para além do fato daquilo que a Assembléia Legislativa anteriormente aprovou.

A previsão já para este ano, segundo a assessoria do PT, é de que tenhamos o chamado excesso de arrecadação" da ordem de 6,5 a 7 bilhões de reais.

A previsão de que haverá excesso de arrecadação se baseia, inclusive, no histórico recente. Não estou, portanto, me baseando numa bola de cristal; estou analisando fatos objetivos e recentes de execução orçamentária no Estado de São Paulo. Todos os anos, nesses 12 anos de experiência do Governo tucano, esse fenômeno se repetiu.

Portanto,volto a dizer, não é nenhum esforço de adivinhação por parte da bancada do PT. Todos os anos isso acontece, o que nos faz supor, por esse histórico, que isso se repetirá no ano de 2008.

Cedo um aparte ao nobre Deputado Pedro Tobias.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Obrigado pelo aparte. Hoje o Senado está votando, com colher de chá" do PSDB, 20% do Orçamento livre para o Presidente da República, a DRU. Lá estão brigando e negociando. Nosso Governo não negocia verba para perdoar imposto de bancos. São 20% do Orçamento livres para o Presidente da República, com o aval e apoio do PSDB.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Aqui em São Paulo é 40%.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Como 40%.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Peço que V. Exa. faça uma análise do Orçamento, para que perceba que aqui no caso do Estado de São Paulo o Governador manipula livremente, grosso modo, 40% do Orçamento.

Já que V.Exa. fez um aparte, peço a sua atenção. Em primeiro lugar, estamos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Eu não tenho compromissos com nenhuma Câmara de Vereadores, porque não sou vereador. Eu não fiscalizo prefeito. Não sou Deputado Federal, nem Senador. Eu não fiscalizo o Governo Federal.

A nossa obrigação, como Deputados estaduais, é tratar do Orçamento do Estado de São Paulo e fiscalizar o Governador de São Paulo.

Vossa Excelência sempre procura fazer um pouco desse jogo partidário: ah, mas aqui V.Exa. fala isso, mas e o Presidente Lula lá? Eu não me ocupo disso. Eu defendo o Governo Lula freqüentemente nesta tribuna, nos embates políticos. Mas não quero discutir o Orçamento da União que, a meu ver, inclusive, é mais bem elaborado do que o de São Paulo.

Mas por que eu disse que se lá é 20%, aqui é mais? Aqui já existe uma previsão no Orçamento de uma verba, e o Governador poderá fazer essa alocação. É natural até que exista uma cota que se possa, em razão de injunções políticas, de fenômenos, às vezes até para socorrer a sociedade, às vezes um município, em função de fenômenos naturais, que provocam grandes prejuízos, como enchentes ou um período bastante prolongado de estiagem, que exige uma intervenção.

Cedo um aparte ao nobre Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Concordo plenamente com V.Exa., mesmo porque o PSDB lá em Brasília tem o líder, o Pannunzio, os nossos ex-colegas daqui, Vanderlei Macris, Edson Aparecido e outros, para fazerem a crítica e discutirem realmente.

Precisamos discutir um pouco mais o Relatório do Deputado Samuel Moreira. Estou pedindo o aparte porque ele não me concedeu um aparte. É até interessante, se o relator está fazendo o seu pronunciamento, um membro da comissão pede um aparte e não é concedido. Mas é difícil explicar.

Quero dizer a V. Excelência, Deputado Roberto Felício, que esse relatório vai ficar marcado na história da Assembléia Legislativa, e se chama Relatório do Sr. Francisco Vital Luna". Quem fez esse relatório foi esse secretário, sabe por quê? Porque depois que o Secretário veio aqui fazer uma audiência pública e colocou todos os problemas para acatar emendas de Deputados, emenda das audiências públicas, para atender o funcionalismo público, a Apampesp, a Defensoria Pública, para corrigir as distorções da Saúde, da Educação, a partir daquele dia mudou o relacionamento na Comissão de Finanças e Orçamento. Para completar, eu ainda ouço o Deputado Samuel Moreira, relator, agradecendo todos os membros da base governista pela contribuição que eles deram no relatório.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Vaz de Lima.

* * *

Pois bem, este Deputado e o Deputado Mário Reali não conseguiram dar esse apoio, não conseguiram contribuir para o relatório, porque nós não fomos chamados nenhuma vez, em nenhuma reunião - informal ou ordinária - para discutir, dar sugestões, contribuir para o relatório. Recebemos o relatório ontem, às 14h30min, que ainda estava quente, porque as cópias tinham sido tiradas naquele momento e tivemos três ou quatro horas, período em que foram suspensos os trabalhos, para a nossa assessoria dar uma olhada.

É o pior relatório de todos os tempos. De mais a mais, tenta desqualificar as audiências públicas, justificando que não está sistematizado e que não dá para ser incluído no relatório. Há três anos atrás, o então Secretário de Planejamento Martus Tavares se comprometeu a criar meios na Secretaria de Planejamento para contemplar as emendas, principalmente as das audiências públicas. Obrigado pelo aparte.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Obrigado, Deputado Enio Tatto. Eu seria extremamente injusto com V. Exa. e com a história do Parlamento se não concedesse um aparte a V. Exas, ainda mais pelo fato de que se houve um mínimo de participação popular com as audiências públicas foi graças à iniciativa de Deputados como Enio Tatto e Mário Reali, que sugeriram à comissão que se fizessem audiências públicas.

Cedo um aparte ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. SAMUEL MOREIRA - PSDB - Nobre Deputado, apenas quero retificar que o relatório foi feito por mim, não foi feito por ninguém do Executivo. Em segundo lugar, realmente o tempo foi muito escasso e em outra oportunidade continuaremos debatendo com o Deputado Enio Tatto. Do ponto de vista da participação, foram ouvidas as reivindicações do Deputado e foram contempladas, inclusive, algumas sugestões dadas por ele. Pedi o aparte apenas para retificá-lo e dizer que não abro mão da autoria desse relatório.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Agradeço o aparte de V. Exa. e cedo um aparte ao Deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - Deputado Roberto Felício, não sou economista nem especialista em orçamento, mas V. Exa. foi aparteado sobre a Desvinculação de Receitas Orçamentárias, que o Senado está votando hoje. Como grande líder da Educação, do sindicalismo, V. Exa. sabe que existem dois tipos de verbas vinculadas - Educação, Saúde e alguma coisa para Previdência. O que está sendo votado em Brasília - para que ninguém nos chame de ignorantes pela televisão - é Desvinculação das Receitas Orçamentárias.

O orçamento da União, por conta da quebra da CPMF, não vai ser votado. Uma coisa é capacidade e autorização de remanejamento de todo o orçamento; outra é 20% de autorização para desvincular as receitas correntes para Educação, Saúde e Previdência. Obrigado.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Agradeço o aparte de V. Excelência, que contribui para as minhas observações. Eu também não sou especialista, Deputado Adriano Diogo, portanto as suas observações contribuem para dar mais conteúdo à nossa fala.

Quero voltar ao debate com os Deputados Pedro Tobias e Samuel Moreira para chamar a atenção dos prefeitos, vereadores e representantes da sociedade civil para os números que o relator aqui apresentou. Em primeiro lugar, é evidente que o orçamento não poderia ter feições da oposição. Ninguém nega isso, o Governador José Serra foi eleito, a maioria dos Deputados são da base aliada, não vamos discutir o óbvio. O problema é que as feições do orçamento são muito ruins, são feias. Prefeitos, vereadores e comunidade que participaram das audiências sabem o que representam os números. Deputado Samuel Moreira, peço a atenção de V. Excelência, já que me aparteou - sabe o que significam os 546 milhões de reais, citados por V. Exa. - no conjunto do orçamento do Estado de São Paulo? V. Excelência sabe mais do que eu, mas não sou tão ruim em aritmética: 0,5 por cento.

Os senhores Deputados representam o conjunto das regiões do Estado de São Paulo, toda sociedade procura um Deputado para apresentar suas questões. Há a possibilidade de dois milhões de reais em emendas apenas - são 186, deveriam ser 188 para dar dois milhões de reais certinhos. São 94 Deputados - V. Excelência retira o Presidente disso; não vejo por que razão, já que ele também é Deputado e poderia ter emendas. Isso representa no orçamento 0,2 por cento. É absolutamente impossível que as audiências públicas atendam um mínimo necessário.

Às vezes a sociedade pensa que a emenda é para o Deputado, mas não é assim. Quando um prefeito vai à audiência e pede para resolver o problema de uma vicinal, é um problema de demanda objetiva; quando há uma questão para o prefeito resolver na prefeitura, é um problema objetivo; quando o Deputado propõe que se faça a cobertura da escola, é porque a escola tem uma quadra que não é coberta; quando se solicita mais equipamento para a escola, material para a biblioteca, é porque não há material adequado para a biblioteca, o Deputado não está pedindo para levar a emenda para casa.

Portanto, há um faz-de-conta muito grande no que se refere à possibilidade de participação popular através das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE - VAZ DE LIMA - PSDB - Esta Presidência pede licença a V. Exa. para fazer o seguinte aditamento. Adito a Ordem do Dia da sessão ordinária que se iniciará às 14h 30 minutos com o Projeto de lei nº 1162, de 2007, que é o orçamento.

Devolvo a palavra ao Deputado Roberto Felício.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Para concluir, quero dizer ao Deputado Samuel Moreira que não lhe cederei outro aparte, mas não é por descortesia. Concedi um aparte a V. Exa. como sempre o faço a todos os Deputados. Jamais cometi essa descortesia. Já fui inúmeras vezes desrespeitado quando pedi aparte, mas é um direito do orador não concedê-lo. O nosso posicionamento contra o Orçamento é por razões que lamentavelmente não tive tempo de expor nesses 15 minutos, que é um tempo muito curto.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 30/01/2008

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

DONIZETE PAULO MIRANDA, RG nº 1098315, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 30/01/2008.

(Decisão nº 95/2008);

KATIA CARDOSO DE OLIVEIRA, RG nº MG-16287469, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 96/2008);

Sumário

Este caderno, com 20 páginas, contém as publicações da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.
Não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLÉIA.....1
ATOS 6
PRONUNCIAMENTOS DE SESSÕES ANTERIORES 6
ATOS ADMINISTRATIVOS 6
TRIBUNAL DE CONTAS 7
PRESIDÊNCIA - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - 28/01 A 29/01 7
PRESIDÊNCIA - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - 28/01 A 29/01 8
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO 9
OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO 14
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI 14
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR EDGARD CAMARGO RODRIGUES 15
COMUNICADO DO CARTÓRIO DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES 15
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO RELATOR FULVIO JULIÃO BIAZZI 15
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA 15
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR RENATO MARTINS COSTA 16
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ROBSON MARINHO 17
ACÓRDÃOS 18
SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI 18
SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR EDGARD CAMARGO RODRIGUES 18
SENTENÇA PROFERIDA PELO CONSELHEIRO RELATOR EDGARD CAMARGO RODRIGUES 19
SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR FULVIO JULIÃO BIAZZI 19
SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR RENATO MARTINS COSTA 19
SENTENÇA PROFERIDA PELO CONSELHEIRO RELATOR RENATO MARTINS COSTA 19
EDITAL 19
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 19
ATOS ADMINISTRATIVOS 20
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO 20

imprensaoficial

Diretor-Presidente Hubert Alquéres
Diretor Vice-presidente Paulo Moreira Leite
Diretor Industrial Teiji Tomioka
Diretora de Gestão Corporativa Lucia Maria Dal Medico
Diretor Financeiro Clodoaldo Pelissioni
Chefe do Núcleo de Redação Almyr Gajardoni (Mtb. 6.167)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial
Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 6099.9800

www.imprensaoficial.com.br
t 11-5013 5108|5109 | Grande São Paulo
SAC 0800 01234 01 | Demais localidades
sac@imprensaoficial.com.br

Filiais

Capital
• Poupatempo Sé t 11-2108-0120/2108-0121/ 2108-0122 f 11-2108-0119 Pça. do Carmo s/n - Setor Pça. Azul filialpoupatempose@imprensaoficial.com.br

Interior
• Poupatempo Campinas Shopping t 19-2104-1167/2104-1168 f 19-2104-1169 Rua Jacy Teixeira de Camargo 940 Jd. do Lago
• Poupatempo Novo Shopping Center Ribeirão Preto t 16-3019-6049/3019-6050 f 16-3019-6051 Av. Presidente Kennedy 1500